



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**FACULDADE DE TECNOLOGIA**  
**DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA FLORESTAL**

**Barbara Loureiro Borges**

**REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO  
SOCIOAMBIENTAL DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA – O CASO  
DO PRÉ-ASSENTAMENTO “PEQUENO WILIAN” NO DISTRITO FEDERAL**

Brasília – DF, agosto de 2012.

**Barbara Loureiro Borges**

**REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO  
SOCIOAMBIENTAL DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA – O CASO  
DO PRÉ-ASSENTAMENTO “PEQUENO WILIAN” NO DISTRITO FEDERAL**

Trabalho apresentado ao Departamento de Engenharia Florestal da Universidade de Brasília, como parte das exigências para obtenção do título de Engenheira Florestal.

**Orientador: Prof. Dr. Newton Narciso Gomes Júnior**

Brasília – DF, agosto de 2012.

**Barbara Loureiro Borges**

Matrícula: 08/25174

REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO  
SOCIOAMBIENTAL DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA – O CASO DO  
PRÉ-ASSENTAMENTO “PEQUENO WILIAN” NO DISTRITO FEDERAL

**Trabalho apresentado ao Departamento de Engenharia Florestal da Universidade de  
Brasília, como parte das exigências para obtenção do título de Engenheira Florestal.**

Menção: \_\_\_\_\_

Aprovado por:

---

Prof. Dr. Newton Narciso Gomes Júnior  
Orientador (PPGPS/SER/UnB)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Rosana Carvalho C. Martins  
Co-Orientadora (EFL/UnB)

---

Prof. Dr. Luís Antônio Pasquetti  
Membro Externo da Banca (FUP/UnB)

Brasília – DF, agosto de 2012.



(Imagem da obra “Terra”, de Sebastião Salgado)

Dedico esse trabalho aos trabalhadores do campo por não desistirem “*de tentar despertar terra sempre mais extinta, a de querer arrancar algum roçado da cinza*”.

(<sup>1</sup> Trecho da obra “Morte e Vida Severina”, de João Cabral de Melo Neto)

## AGRADECIMENTOS

Ao meu pai José e minha mãe Generosa, grandes lutadores dessa vida. Amo vocês e agradeço por todo carinho e dedicação! Obrigada por compreenderem meus momentos de ausência e me incentivarem em cada passo dado.

À minha irmã Cris e aos meus sobrinhos Bia e Gabriel. E a toda minha família que mesmo pequena é a mais acolhedora e amável que eu poderia ter.

Ao Fábio, meu querido companheiro de sufoco, sossego e de vida. Obrigada pelo imenso carinho! E a toda a sua querida família, que agora também é minha.

Ao estimado professor Newton, pela disposição em orientar esse trabalho, o que muito contribuiu na minha formação pessoal e profissional.

À professora Rosana, pelo carinho e por aceitar o desafio de co-orientar esse trabalho.

Ao professor Pasquetti pelas contribuições e participação na banca examinadora.

Aos queridos companheiros Kallel, Francis, Bruna, Jessica, Edberto, João Carlos, Diego, Ana, Henrique, Katty e Laís. Foi maravilhoso ter compartilhado (e continuar compartilhando) tantos sonhos e lutas com vocês. É sempre bom avançar de mão dada com quem vai no mesmo rumo!!!

Aos amigos de curso Bruna, Jessica, Francis, Anninha, Tayara, Lorena, Marcele e David. Por todos os sorrisos e abraços, foi muito bom conviver esses 5 anos com vocês.

À Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal – ABEEF e a todos seus militantes espalhados pelo Brasil, por me ajudarem a descobrir o meu papel enquanto Engenheira Florestal e por propiciar o meu encontro com a luta do povo. Vamos seguir lutando...

Ao IV Estágio Interdisciplinar de Vivência de Sergipe por me mostrar de tão perto a realidade agrária brasileira e pelo processo de formação e consciência que os muros da Universidade jamais iriam conseguir cumprir.

Um abraço especial aos professores Eraldo e Volpato e aos funcionários Frederico e Paula, do Departamento de Engenharia Florestal.

A todas as famílias do pré-assentamento “Pequeno Wilian”, por me acolherem em seu mundo e me receberem de braços abertos. Foi um prazer ter conhecido vocês!

À Juliana Bastos, Juliana Conforto e Kamylla. Que mesmo distantes, sempre souberam se fazer presentes em meu coração.

E a todos aqueles que não estão citados aqui pela falta de memória, mas que de alguma forma se fizeram importantes na minha vida e nessa caminhada.

/

*A luz que me abriu os olhos para a dor  
Dos deserdados e os feridos de injustiça,  
Não me permite fechá-los nunca mais, enquanto viva.  
Mesmo que de asco ou fadiga me disponha a não ver mais [...]  
Mas entre ver e fazer de conta que nada vi,  
Ou dizer da dor que vejo para ajudá-la a ter fim,  
Já faz tempo que escolhi.*

(Thiago de Mello)

## RESUMO

A estrutura agrária brasileira está baseada na concentração de terra e na insustentabilidade da produção, configurando-se como uma relação de poder entre classes antagônicas: de um lado está a minoria detentora da propriedade da terra e de outro lado uma maioria que não dispõe do acesso à terra, sendo condenados a miseráveis condições de vida. É nesse contexto que ganha importância a reforma agrária como um meio de democratização do acesso à terra aos que nela trabalham, beneficiando a utilização racional das terras. A relação entre questão agrária e a questão ambiental é muito próxima, visto que os projetos de assentamento de reforma agrária no país não garantem o desenvolvimento dos assentamentos concretizados e reproduzem um círculo de adversidades, desigualdade social e degradação ambiental. Dessa forma o objetivo desse trabalho foi gerar reflexões que contribuam para o desenvolvimento socioambiental de assentamentos de reforma agrária, considerando a demanda por instrumentos capazes de realizar um processo transformador e autônomo na vida desses indivíduos. A pesquisa foi realizada no pré-assentamento Pequeno Wilian, localizado no Distrito Federal, utilizando o método dialético das aproximações sucessivas da realidade, o que propiciou partir de uma análise geral da questão agrária para então perceber os problemas enfrentados no local. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos relacionados ao objeto de estudo, com o propósito de compreender como os problemas socioambientais interferem no desenvolvimento de reforma agrária, qual a compreensão que esses indivíduos possuem desses problemas e quais estratégias podem ser adotadas para revertê-los. De forma geral foi possível observar a existência de vários passíveis ambientais instalados no local antes da chegada das famílias, mas que prejudicam o desenvolvimento do assentamento. Porém, não foi consenso a vontade em reverter esse dano devido às inúmeras dificuldades de infra-estrutura básica para sobrevivência. Desse modo não é possível pensar em sensibilização ambiental em um cenário de descaso e sem o acesso às necessidades básicas humanas, sendo necessário um processo de formação de consciência com os assentados voltado à ações de transformação da realidade local.

**Palavras-chave:** questão agrária, assentamento, questão ambiental, percepção ambiental.

## ABSTRACT

The Brazilian agrarian structure is based on the concentration of land and unsustainable production, it is also configured as a power relation between two antagonistic classes: one side is composed by a minority of people with the ownership of lands and the other side is composed by a majority of people with no access to lands, being condemned to miserable living conditions. In this context, the agrarian reform, as a means of democratizing the access to those who work and produce in these lands, gains its importance due to the benefits that can be brought by the rational use of lands. The relation between the agrarian and environmental issues is a very close one once the settlement projects of agrarian reform in the country do not guarantee the development of the implemented settlements and reproduce a cycle of adversity, social inequality and environmental degradation. The objective of this work is to generate ideas that could contribute to the social and environmental development of settlements for the agrarian reform, considering the demand for instruments capable to perform a transformative and independent process in the lives of the harmed people. The research process was done in the pre-settlement of Wilian Small, located in the Federal District of Brazil, using the dialectical method of successive approximations of reality, which allowed the research to start from a general analysis of the agrarian issue to then realize the problems encountered on this site. Semi-structured interviews were conducted and documents related to the object of study were analyzed in order to understand how the social and environmental problems interfere in the development of agrarian reform, how people with these problems understand it and which are the strategies that could be adopted to reverse these issues. In general, it was possible to observe the existence of several environmental problem installed in that place before the arrival of families, which hindered the development of the settlement. However, the will to reverse this damage was not a consensus due to the several difficulties found in the lack of a basic infrastructure for survival. Therefore, it is not possible to think of the environmental awareness in a scenario of neglect that does not provide access to basic human needs, being necessary for the settlers a process of awareness directed to actions that could transform their local reality.

**Keywords:** agrarian reform, settlement, environmental issue, social and environmental perception.

## **LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS**

APA – Área de Proteção Ambiental

BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento

CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

EA – Educação Ambiental

EMATER/DF – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FBB – Fundação Banco do Brasil

IBRAM – Instituto Brasília Ambiental

IFB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MATR – Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural

MEC – Ministério da Educação

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados

PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental

RL – Reserva Legal

RVA – Relatório de Viabilidade Ambiental

SEMA – Secretaria de Meio Ambiente

SPU – Secretaria de Patrimônio da União

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2. MARCO TEÓRICO.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1. A questão agrária no Brasil.....</b>	<b>14</b>
<b>2.2. Relações entre a questão agrária e o meio ambiente.....</b>	<b>19</b>
<b>2.3. Desenvolvimento e Sustentabilidade: um longo caminho.....</b>	<b>21</b>
<b>2.4. Sustentabilidade na produção de assentamentos rurais.....</b>	<b>23</b>
<b>3. OBJETIVOS .....</b>	<b>25</b>
<b>4. HIPÓTESE.....</b>	<b>25</b>
<b>5. MATERIAL E MÉTODOS .....</b>	<b>26</b>
<b>5.1. Área de Estudo.....</b>	<b>26</b>
<b>5.2. Histórico da área.....</b>	<b>27</b>
<b>5.3. Metodologia.....</b>	<b>29</b>
<b>5.3.1. Pesquisa de Campo.....</b>	<b>29</b>
<b>5.3.2. Análise de documentos.....</b>	<b>30</b>
<b>5.3.3. Revisão Bibliográfica.....</b>	<b>30</b>
<b>6. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>31</b>
<b>6.1. Identificação preliminar.....</b>	<b>31</b>
<b>6.2. Identificação da percepção e da realidade dos assentados.....</b>	<b>35</b>
<b>6.3. Reflexões e contribuições.....</b>	<b>42</b>
<b>7. CONCLUSÃO.....</b>	<b>48</b>
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>49</b>

## 1. INTRODUÇÃO

No Brasil a Engenharia Florestal nasce no contexto da política desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek para atender a demanda crescente por madeira e seus derivados. Com o passar do tempo, outras demandas relativas à necessidade de uma nova relação homem e natureza foram sendo incorporadas a esta área do conhecimento, exigindo uma abordagem mais complexa que agregasse a perspectiva social e ambiental à econômica.

Embora ainda voltada para atender predominantemente grandes empreendimentos florestais, a Engenharia Florestal em suas atribuições sobre a utilização sustentável dos recursos naturais, deveria contribuir mais ativamente para um desenvolvimento rural diferenciado, focado no desenvolvimento da agricultura camponesa e na resolução de problemas socioambientais gerados pelo modelo de desenvolvimento agrícola adotado no país, baseado na concentração de terra e dominado pela produção de *commodities*.

Partindo dessas reflexões, questiona-se este modelo que não considera as especificidades dos atores sociais envolvidos e contribui apenas para a manutenção da desigualdade social e a degradação ambiental no meio rural. Desta forma, torna-se importante compreender quais são as implicações da relação entre camponeses e meio ambiente neste tipo de desenvolvimento, a fim de oferecer proposições no sentido de contribuir com a superação desse quadro.

No entanto, para entender o desenvolvimento desse processo faz-se necessário um estudo sobre a questão agrária no Brasil com olhar crítico que resgate a formação do território brasileiro, destacando o papel do Estado e da estrutura agrária na manutenção da dinâmica social e econômica da população rural. Neste contexto, é latente a necessidade de investigar e contribuir para solucionar os principais desafios enfrentados para implantação de uma reforma agrária que promova a cidadania, que repare distorções históricas no meio rural e garanta a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Sugere-se que o desenvolvimento do homem no campo não é pautado nos princípios da sustentabilidade, na medida em que a quase totalidade dos projetos de assentamentos de reforma agrária condena os agricultores a se instalarem em áreas degradadas. Nesse contexto reafirma-se o fato de que este mesmo modelo e as políticas públicas existentes obrigam os camponeses a reproduzirem práticas agrícolas insustentáveis, sempre em excesso seja pelas condições da terra seja pela ausência da ação do extensionista rural, resultando no

aprisionamento desse camponês num círculo vicioso de miséria e degradação ambiental.

Sendo assim, o objetivo deste estudo foi o de trazer reflexões que contribuam para o desenvolvimento socioambiental de assentamentos de reforma agrária por intermédio de processos participativos, bem como facilitar a compreensão da problemática ambiental que interfere na vida dos assentados.

O objeto de estudo foi o pré-assentamento Pequeno Wilian, localizado na Região Administrativa de Planaltina, no Distrito Federal. Assim como outros assentamentos de reforma agrária, o Pequeno Wilian sofre desde o processo de luta pela terra até os dias atuais, histórico descaso do Estado com a condução da reforma agrária que dificulta a conquista de autonomia por parte das famílias, inclusive com a implantação do assentamento em uma área com vários passivos ambientais.

A primeira parte desse trabalho pretende localizar a questão agrária, trazendo elementos históricos e atuais sobre estrutura e reforma agrária. Em seguida será apresentada a relação entre questão agrária e questão ambiental, o que se justifica pela necessidade de se questionar o modelo de desenvolvimento baseado no uso intensivo dos recursos naturais, assim como os passivos ambientais em áreas de implantação de assentamentos de reforma agrária. Considerando a necessidade de uma reforma agrária que pautar princípios sustentáveis será abordada a relação entre desenvolvimento e sustentabilidade. Propõe-se também uma reflexão sobre o cenário agrícola em assentamentos, aliando a questão sustentável com a técnica, por intermédio da participação dos atores locais.

Para confrontar a hipótese desse trabalho, enunciada anteriormente, com a realidade objetiva, foi utilizado o método das aproximações sucessivas da realidade, que significa partir de aspectos gerais a respeito da questão agrária para então, por abstrações chegar aos problemas enfrentados no assentamento, para que dessa forma os mesmos ganhem novos conteúdos explicativos.

Com os resultados obtidos pretendeu-se responder a pergunta de partida que sustenta esse trabalho: quais são os problemas socioambientais que atingem os assentamentos de reforma agrária, qual a compreensão que os assentados têm desses problemas, como eles interferem no desenvolvimento do assentamento e quais estratégias podem ser adotadas para reverter-los?

Espera-se que este trabalho sirva de incentivo a outros estudos posteriores e contribua para a construção de soluções que efetivem o desenvolvimento socioambiental dos

assentamentos de reforma agrária, proporcionando uma melhor qualidade de vida às famílias que trabalham com a terra e dela dependem.

## **2. MARCO TEÓRICO**

### **2.1. A questão agrária no Brasil**

A concentração da propriedade da terra opõe, por um lado, uma minoria de grandes proprietários e fazendeiros detentores do monopólio do fator de produção e, de outro, uma imensa maioria da população que não dispõe de terra em quantidade suficiente para garantir meios adequados de promover a sua subsistência (PRADO JÚNIOR, 1979). Assim, o traço mais evidente da questão agrária brasileira está representado pela assimetria entre o latifúndio sob o controle de poucos proprietários e uma imensa maioria de trabalhadores do campo que, ou não tem terra ou, quando estão nela, exploram áreas insuficientes para garantir a sua existência e de suas famílias.

De acordo com Caio Prado Júnior (1979), do ponto de vista dos grandes proprietários a história da agropecuária brasileira foi e continua sendo um grande negócio, posto que seu objetivo é alcançar a maior soma de lucros no menor prazo possível e com o mínimo de despesas. No entanto, na perspectiva dos pequenos agricultores e trabalhadores do campo essa história é marcada por uma constante desigualdade, baixo padrão de vida e injustiças que beneficiaram interesses de apenas um dos lados - o dos grandes proprietários.

Em linhas gerais, o “sucesso” da exploração agrária no Brasil se deve principalmente à larga disponibilidade de terras e a disponibilidade de força de trabalho, por meio da incorporação de trabalhadores rurais originados de populações indígenas, escravos africanos e imigrantes (PRADO JÚNIOR, 1979). A concessão de sesmarias - imensas áreas de terra que foram precursoras do que hoje conhecemos como latifúndio - aos senhores vinculados à Coroa, ocorreu desde a ocupação do território brasileiro pelos portugueses a partir de 1500 até a independência política em 1822 (GUEDES PINTO, 1995).

Após a independência, houve uma tentativa de legalizar as práticas dos que concentravam seu poder em grandes extensões de terra. Essas tendências são refletidas na Lei de Terras de 1850 e em toda legislação que se seguiu (LEITE *et al.*, 2004). A Lei de Terras institucionalizou a propriedade privada de terras por intermédio do seu primeiro artigo, que permite o acesso a terra somente através da compra, vinculando a detenção de áreas agrícolas

ao capital (MEDEIROS, 2002). Após o golpe militar em 1964, foi sancionado o Estatuto da Terra, que passou a ser entendido como uma lei de desenvolvimento rural e não somente uma institucionalização da Reforma Agrária. Um instrumento importante do Estatuto da Terra foi a definição da Função Social da propriedade rural:

A propriedade da terra desempenha integralmente sua Função Social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem (BRASIL, 1964).

No entanto, durante o regime militar prevaleceu, inequivocamente, a vertente do “desenvolvimento agrícola” em detrimento da “reforma agrária” do Estatuto (LEITE *et al.*, 2004). Esse fato deve-se à opção do Estado em manter a estrutura do latifúndio e assumir as bases do modelo da Revolução Verde. A Revolução Verde foi um processo de modernização da agricultura que gerou novos objetivos e formas de exploração agrícola. De acordo com Balsan (2006), esse modelo era voltado ao consumo de capital e tecnologia externa, em que grupos especializados passavam a fornecer insumos, desde máquinas, sementes, adubos, agrotóxicos e fertilizantes. A opção de aquisição era facilitada pelo acesso ao crédito rural, determinando o endividamento e a dependência dos agricultores, concretizando o estágio de subordinação da natureza ao capital.

Esse novo padrão de desenvolvimento econômico ocasionou entre outros, a exclusão do homem do campo e diminuição da renda, ocasionando a desordem no espaço rural, decorrente da competitividade do capitalismo.

O avanço do capitalismo no campo brasileiro, sustentado pelo domínio do latifúndio e pela consolidação da modernização conservadora do campo implementada a partir dos anos 1970, teve como consequência para trabalhadores rurais e camponeses a expulsão de imensos contingentes em direção às cidades e a condenação a uma vida de miséria em favelas e centros degradados (MARTIN, 2008; VEIGA, 2000).

Embora a luta pela terra exista desde a ocupação do território brasileiro pelos portugueses, a promulgação da Lei de Terras de 1850 impulsionou os conflitos agrários, tornando-os muito mais intensos dos que predominavam até então. Ao longo da história, esses

conflitos tiveram várias formas de resistência e de organização, como nos movimentos de Canudos (Bahia), Contestado (Fronteira Santa Catarina e Paraná) e lutas radicais localizadas com demandas sociais e políticas claramente definidas (MARTIN, 2008; JULIÃO, 1962). Com o golpe militar de 1964, a luta pela terra foi violentamente reprimida, mas a partir dos anos 70 estas começaram a crescer novamente, contexto que levou ao surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975 (CAMARGO, 1994). Assim, muitos movimentos sociais se fortaleceram e outros surgiram, como: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984; o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), em 1985; e o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), em 1989 (MEDEIROS, 2002).

Percebe-se que até os dias atuais, a estrutura social, política e institucional do país, o nível de bem estar da população e suas possibilidades de realização futura, foram marcados pela constituição de uma sociedade baseada na estrutura fundiária (PEREIRA, 2007).

O papel da estrutura agrária na dinâmica sócio-econômica do país e da necessidade de sua modificação através da Reforma Agrária foram estudos por diversos cientistas sociais.

Partindo de um entendimento da realidade sócio-econômica, Ignácio Rangel mostra a existência de um processo conflituoso, na medida em que se funda em dualidades que vão se materializar em um processo de desenvolvimento desigual. Dessa forma é possível identificar pelo menos duas dimensões econômicas na configuração do mercado de terras no país, uma dimensão macroeconômica e outra microeconômica. A primeira diz respeito ao comportamento do sistema capitalista com as forças produtivas, enquanto que a segunda se refere a como o processo de acumulação se realiza, o que pode ser observado no modo como a estrutura agrária se reproduz na forma do latifúndio (RANGEL, 1957).

A existência dessa estrutura agrária possibilita que em determinados momentos ocorram crises de excesso de produção e conseqüentemente, ocorram expulsão de mão de obra como forma de reduzir os custos de produção. O autor irá caracterizar tais problemas como os problemas próprios existentes na questão agrária, permitindo também identificar o sentido histórico do desenvolvimento das relações de produção (RANGEL, 1962)

Assim como Ignácio Rangel, Caio Prado Júnior caracteriza o objetivo da Reforma Agrária como sendo uma profunda transformação nas relações sociais de produção no campo. Nesse sentido sugere a regularização econômica e jurídica das diversas ocupações e relações de emprego presentes na agricultura brasileira, pois segundo ele o problema não era os latifúndios, mas os latifundiários. A solução proposta perpassa pelo fortalecimento e pela

aplicação da regulamentação trabalhista no campo, através do estatuto social o que resultaria na melhoria do padrão de vida dos trabalhadores rurais, além de resultar num aumento do consumo interno na economia (PRADO JÚNIOR, 1987).

Em perspectiva mundial, a estrutura agrária nos países subdesenvolvidos pode ser estabelecida a partir de dois critérios: abundância ou escassez de terras aptas para a agricultura ao nível da técnica prevalecente e grau de acessibilidade à propriedade da terra das pessoas que nela trabalham<sup>1</sup> (FURTADO, 1983).

Na América Latina, a estrutura agrária caracterizada pelos latifúndio-comunidade indígena e/ou latifúndio-minifúndio é um elemento básico da organização social. Com exceção dos países que realizaram efetiva reforma agrária, como México, Bolívia e Cuba, um reduzido número de latifundiários controlam quase metade das terras, ao mesmo tempo que uma quantidade considerável de minifundistas são obrigados a se contentarem com uma fração insignificante das terras e se manterem disponíveis para emprego nos latifúndios (FURTADO, 1969).

De forma geral, percebemos que a característica fundamental da questão agrária está pautada em uma estrutura herdada que se reflete na formação de nossas relações sociais.

Assim, ganha destaque o papel do Estado em que na sua ação incorpora a polarização das relações sociais de produção no campo e que as vai solucionando, ora pela linha de menor resistência, ora pela imposição da força, onde se materializam concretamente os obstáculos à solução da questão agrária brasileira (PEREIRA, 2007). Ramos (1998) e Linhares (1999) destacam que a questão agrária é também uma articulação entre a apropriação/propriedade da terra e população, sendo a exclusão social o resultado mais significativo desse processo histórico.

De acordo com Souza Filho (2007), o que o Estado brasileiro vem chamando de reforma agrária é, na verdade a confusão de dois conceitos muito diferentes, o de reforma agrária, propriamente dita, e o de colonização. A reforma agrária é legalmente a modificação

---

<sup>1</sup> A situação atual da concentração da terra e o índice de GINI: De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006 a estrutura agrária brasileira mantém-se nos mesmos patamares de injustiça dos seus primórdios. O Índice de Gini que reflete a concentração da propriedade da terra esteve na marca de 0,854 em 2006 de acordo com a Pesquisa DIEESE/MDA. A relação grande propriedade e agricultura familiar apurada pelo Censo Agropecuário de 2006 do IBGE aponta que 15,6% dos estabelecimentos agrários do país, concentram 75,7% da área enquanto 84,4 % dos estabelecimentos restantes, controlam apenas 24,3% da área de agricultura do país.

do regime de posse e uso de uma região, para atender a justiça social e a produtividade, visando a melhor distribuição da terra, e colonização a atividade destinada a promover a atividade econômica da terra pela sua divisão em propriedade familiar (artigo 1º, § 1º, e art. 4º, inciso IX, da Lei 4.504/64).

No Brasil, a grande propriedade oferece muita resistência à realização da reforma agrária, o que é comprovado pelo elevado grau de concentração de terras apesar de todos os conflitos agrários ocorridos ao longo da história brasileira desde os tempos de Colônia. Assim para a pequena propriedade é imposta áreas relativamente pouco extensas e marginais, sobras de locais onde a grande exploração não foi bem sucedida (PRADO JÚNIOR, 1979).

De acordo com Fernandes (2001), a questão agrária no Brasil engloba várias dimensões:

Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; a luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, as políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, política e social.

Admitindo que a questão agrária engloba vários aspectos, Sampaio (1997) acrescenta ainda:

Trata-se de uma questão estrutural, porque não pode ser solucionada exclusivamente com medidas de política agrícola ou social, uma vez que a eficácia dessas políticas é anulada por uma estrutura fundiária defeituosa.

Em face de tamanha complexidade, Tavares (2002) pressupõe que o modo como a questão agrária vem sendo tratada atualmente no Brasil gera conseqüências em diversos campos, tais como agrônômico (sistemas agrícolas pouco produtivos e devastadores da

natureza), econômico (baixa rentabilidade, concentração de renda), social (pobreza no campo, êxodo rural), político (clientelismo, violência no campo), cultural (analfabetismo) e ambiental (desmatamento de áreas com floresta, a contaminação de recursos hídricos e do solo por agrotóxicos, a ausência de planejamento de uso do solo, a adoção de técnicas de plantio inapropriadas à sustentabilidade ambiental).

Partindo da análise de que a questão agrária está intrinsecamente associada à questão ambiental é que se optou nesse trabalho por compreender a relação entre essas vertentes dentro de assentamentos rurais.

## **2.2. Relações entre a questão agrária e o meio ambiente**

Desde os primórdios da colonização portuguesa, o latifúndio e a sua forma de produção predominante, a monocultura, foram responsáveis por diversos problemas sociais, econômicos e ambientais. A partir de uma relação predatória com o meio ambiente, esse modelo de colonização marcou profundamente a ocupação do território brasileiro.

Como exemplo das conseqüências da monocultura, Furtado (2001) afirma que ao longo da história as plantações de cana-de-açúcar utilizaram as melhores terras, sendo responsáveis pela devastação indiscriminada das florestas, o que tornou impraticável outras atividades produtivas na área. Além disso, os métodos rudimentares utilizados nessa época causaram degradação das melhores terras em pouco tempo. Apesar da modernização do setor agromercantil, este sistema de produção continua contribuindo com a destruição dos recursos naturais e sacrifício da população rural.

Para Furtado (2001), a reforma agrária deve ter como objetivo principal dar a terra um fim social, que beneficie a coletividade e assim caminhe para uma utilização racional das terras.

Nesse contexto, a reforma agrária não pode ser entendida apenas como uma política de redistribuição de terras, pois se realizada isoladamente tende a não sanar os problemas ligados à sustentabilidade das famílias inseridas no campo. Dessa forma, a reforma agrária deve vir acompanhada de uma efetiva reforma agrícola, capaz de envolver fatores como a viabilização de sistemas de produção alternativos à agricultura convencional, o estímulo à estruturação do mercado interno de produtos agrícolas e a eficiência de políticas de assistência e conservação do meio ambiente (LEITE, 2006)

De acordo com Almeida (2005), é necessário conciliar os anseios dos movimentos

sociais e das populações do campo, com uma política de assentamento humano que promova o desenvolvimento sustentável. Desse modo, a realização da reforma agrária pode ser entendida como uma oportunidade de gerar uma nova relação do homem com a conservação dos recursos naturais.

Waquil *et al.*, 2004) afirma que a pobreza rural pode ser diretamente proporcional à degradação ambiental nos países em desenvolvimento. Ressalta-se que essa relação não segue uma lógica linear, pois outros índices interferem nesses fatores como: informação, educação, crédito, acesso ao mercado e assistência técnica.

Um estudo realizado por Maule *et al.* (2003) foi aplicado um índice de qualidade do meio ambiente que considera o estado de conservação das Áreas de Preservação Permanente (APP), Reserva Legal (RL), existência de atividades ilegais (extração de madeira), degradação ambiental (erosão do solo) ou ações de melhoria ambiental em assentamentos. De forma geral, o estudo observou que o processo de reforma agrária é realizado com base num passivo ambiental significativo. Esse passivo é fruto da priorização de áreas em que a qualidade ambiental já está comprometida ou da seleção de áreas em que o desmatamento ainda é necessário para a implantação dos sistemas de produção agrícola. O mesmo estudo observou ainda que os recursos e financiamentos são dirigidos preferencialmente para a produção agrícola, comercialização e implantação de infra-estrutura básica, fazendo com que as ações de recuperação ambiental não sejam implementadas ou fiquem em segundo plano.

Os problemas ambientais relacionados à reforma agrária podem ser verificados em todas as etapas de concretização de um assentamento. Na fase de pré-assentamento aumentam-se os números de retirada de madeira, em virtude da incerteza na definição do parcelamento dos lotes e até mesmo da intenção de se obter recursos. Nessa fase, há ainda a possibilidade de que sejam ocupadas áreas de preservação permanente (CURADO, 2004).

Leroy (1995) afirma que aos assentados são oferecidas terras marginais, degradadas ou áreas florestadas consideradas improdutivas pelos antigos donos. As eventuais derrubadas de florestas por pessoas cuja sobrevivência está em jogo, não podem ser comparadas, em gravidade e responsabilidade, com a devastação ambiental e miséria social provocadas pelas elites e apoiadas, direta ou indiretamente, pelo poder público. Diante disso, ressalta-se a necessidade de ofertar subsídios teóricos, técnicos e financeiros aos assentados para que desenvolvam sistemas de produção em consonância com a natureza e promovam a integridade ambiental de suas áreas.

Conforme o que já foi citado neste trabalho, quando a reforma agrária é vista como um problema estrutural, torna-se possível vislumbrar um modelo de desenvolvimento para assentamentos rurais que agregue a temática ambiental e sustentável. A partir dessa consideração, a reforma agrária torna-se um meio capaz de garantir aos assentados acesso a terra e trabalho autônomo, ao mesmo tempo em que reduz a pobreza e conserva os recursos naturais locais.

### **2.3. Desenvolvimento e Sustentabilidade: um longo caminho**

A aplicação do conceito de desenvolvimento, a partir da construção do pensamento liberal, ganhou uma conotação de crescimento econômico, definindo o desenvolvimento dos padrões de vida das nações ocidentais industrializadas (ESTEVA, 1996). Entretanto as estratégias para alcançar o desenvolvimento tornaram-se insuficientes para dar conta da crescente desigualdade e exclusão social (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). Além disso, o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico tem sido uma das principais causas da geração de impactos negativos ao meio ambiente.

É nesse contexto que surge a proposta do desenvolvimento sustentável, cujo conceito se consolida com a publicação do Relatório “Brundtland”, em 1987 (DUARTE; WERHMANN, 2002), sendo definido como: *é aquele capaz de garantir as necessidades das gerações futuras.*

Atualmente, alguns trabalhos esforçam-se para estabelecer um conceito de desenvolvimento sustentável, enquanto outros tentam mostrar a imprecisão dos conceitos existentes.

Sorrentino *et al.*, (2005) faz críticas e questionamentos afirmando que o desenvolvimento sustentável considera a natureza como um recurso ou matéria prima destinados a atender os objetivos do mercado, bem como mantém o padrão de desenvolvimento que reproduz a desigualdade na distribuição e acesso a esses recursos.

Carvalho (1991) acrescenta que utilizar o termo sustentável remete àquilo que está em perfeito equilíbrio e que quando aplicado ao desenvolvimento, repassa essas qualidades a um modo de organizar a vida social, criando a idéia de uma “sociedade sustentável”, em perfeita harmonia com a natureza, sem conflitos ou tensões sociais que perturbem ou ponham em risco a sua reprodução.

Com a percepção de que o conceito de desenvolvimento sustentável está

diretamente ligado à idéia de progresso no campo da economia capitalista, muitos autores optaram por utilizar o termo “sustentabilidade”, considerando-o mais complexo por envolver várias dimensões.

Entretanto, a idéia de sustentabilidade não pode ser encarada como uma fórmula pronta para ser aplicada. Segundo Becker (1997), não há um único caminho para alcançar a sustentabilidade:

O caminho que me parece ideal a ser seguido é aquele em que as necessidades dos grupos sociais possam ser atendidas a partir da gestão democrática da diversidade, nunca perdendo de vista o conjunto da sociedade. A direção, pois, do desenvolvimento sustentável deixa de ser aquela linear, única, que assumiu o desenvolvimento dominante até nossos dias; não mais a marcha de todos numa só direção, mas o reconhecimento e articulação de diferentes formas de organização e demandas como base, sustentáculo a uma verdadeira sustentabilidade. [...] É preciso conceber um desenvolvimento que tenha nas prioridades sociais sua razão primeira, transformando, via participação política, excluídos e marginalizados em cidadãos.

No entanto, não faz parte do objetivo deste trabalho discutir qual termo é o mais adequado à realidade. Assim, para não se prender às imprecisões conceituais, será utilizado o termo “desenvolvimento local sustentável”, o qual no momento permite uma reflexão compatível com o objeto de estudo – o assentamento Pequeno Wilian.

De acordo com Buarque (2002), o desenvolvimento local sustentável é:

Um processo endógeno de mudança que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais.

Percebe-se que o desenvolvimento local sustentável ao ser um processo particular a

cada grupo social não está totalmente enquadrado em modelos pré-definidos, devendo ser conduzido a partir de uma construção coletiva, em que prevaleçam as necessidades sociais associadas às oportunidades locais e à conservação dos recursos naturais disponíveis.

Desse modo, não se pode alcançar o objetivo deste trabalho, sem considerar as dimensões econômicas, ambientais, sociais, culturais, territoriais e políticas que envolvem o pré-assentamento Pequeno Wilian. Parte-se então do pressuposto que para a reflexão do desenvolvimento socioambiental a ser alcançado no assentamento em questão é necessário compreender a relação que existe entre as famílias e o espaço em que estão inseridas.

Outra contribuição dessa linha de desenvolvimento é a possibilidade de conciliação e interconexão entre o mercado com a estabilidade de sistemas rurais e agrícolas (PUGLIESE, 2001). Dessa forma, não há a tradicional oposição entre elementos de conservação e produção.

A sustentabilidade ambiental em assentamentos ganha destaque ainda porque se configura como um processo de reordenamento do espaço rural (econômico, social, político e ecológico) e de apropriação dos recursos naturais que pode contribuir para a resolução de conflitos ecológicos (TAVARES, 2002).

Somente repensando o tipo de desenvolvimento socioambiental que se pretende alcançar no meio rural que se pode fornecer a garantia do bem-estar e da qualidade de vida aos trabalhadores rurais.

#### **2.4. Sustentabilidade na produção de assentamentos rurais**

Quando se considera a agricultura de base camponesa, a qual se encontra historicamente inserida em uma realidade local, o saber tradicional acerca dos ecossistemas locais é transmitido de geração em geração (TAVARES, 2002). Nesse contexto, verifica-se a necessidade de se resgatar esse conhecimento para conciliar preservação da natureza e produção no assentamento.

Diante da organização de movimentos que reivindicam o acesso a terra e o direito ao desenvolvimento social por meio das atividades agrícolas, florestais e extrativistas, tornam-se necessários investimentos em novas perspectivas tecnológicas e socioambientais (FAGGIN, 2009; ALMEIDA, 2005).

Entretanto, o sustentável da questão ambiental deve tratar as áreas ambientais como de uso social, capaz de gerar emprego e renda, além de conhecimento. Segundo Gualda (2002),

as áreas ambientais só serão protegidas e valorizadas quando tiverem valor para a sociedade. De acordo com Hespanhol (2007) a noção de sustentabilidade no campo rural está diretamente ligada à possibilidade de se manter a produção ao longo do tempo, conservando ou melhorando a base dos recursos produtivos.

Dessa forma a questão ambiental obriga a repensar as relações entre a sociedade, a técnica e a natureza, o que demanda mudanças nos meios físicos, no comportamento humano, e nos valores e atitudes sociais (FAGGIN, 2009).

A escolha por sistemas de produção fundamentados em princípios agroecológicos apresenta diversas vantagens em relação ao sistema de produção convencional. Altieri (2012), afirma que os sistemas de produção agroecológicos são mais biodiversos, resistentes, eficientes (do ponto de vista energético), socialmente justos e formam a base para uma estratégia energética e produtiva atrelada à soberania alimentar.

Conforme destaca Altieri (1996), o enfoque agroecológico para o desenvolvimento (rural sustentável) deve considerar algumas formulações: as técnicas agroecológicas são compatíveis com a cultura camponesa, visto que não questionam sua lógica, mas se baseiam no saber tradicional, combinado com elementos da ciência e da agricultura moderna; as técnicas são ecológicas, uma vez que não tentam modificar ou transformar radicalmente os ecossistemas camponeses, mas tratam de identificar elementos de manejo que, uma vez incorporados, conduzem a uma otimização da unidade de produção.

Os conhecimentos de uma produção agrícola voltada para dimensões sustentáveis busca otimizar o uso energético local sem degradar e exaurir os recursos naturais. Com isso desenvolveram-se inúmeras estratégias produtivas como: (1) oferta regular e variada de produtos; (2) otimização de uso do espaço e dos recursos: aumento de produtividade e uso mais eficiente de solo, nutrientes, água e radiação solar; (3) reciclagem de nutrientes; (4) conservação da água (MAZZALA NETO, 2009).

Vem sendo pautado como um grande desafio a promoção de mudanças institucionais e políticas para a promoção dos sistemas agrícolas sustentáveis. Entre as mudanças necessárias Altieri (2012) destaca:

Aumento do investimento público em métodos agroecológicos e participativos; mudanças nas políticas para suspender subsídios a tecnologias convencionais e dar apoio às técnicas agroecológicas; melhoria da

infraestrutura para áreas pobres e marginais; segurança de posse da terra; oportunidades de mercado adequadas e equitativas.

É importante considerar que uma produção sustentável só poderá ocorrer através de uma organização social que estimule a interação entre os seres humanos e meio ambiente, considerando-os de forma associada. Segundo Sachs (1996), a busca por soluções para o gerenciamento do ecossistema deve estar associada ao conhecimento e à participação local. Não há como viabilizar uma agricultura sustentável sem que haja a soma de todos os atores envolvidos em um processo contínuo de aprendizado (MARQUES, 2001).

### **3. OBJETIVOS**

O objetivo geral deste trabalho foi o de trazer reflexões e contribuições para o desenvolvimento socioambiental de assentamentos de reforma agrária por intermédio de processos participativos, utilizando como estudo de caso o pré-assentamento “Pequeno Wilian”, no Distrito Federal.

Os objetivos específicos são:

- Compreender a percepção ambiental dos assentados de reforma agrária;
- Identificar os passivos ambientais existentes no local;
- Propor contribuições para a efetivação de uma educação ambiental voltada a assentamentos de reforma agrária.

### **4. HIPÓTESE**

Este trabalho apóia-se na hipótese de que a degradação ambiental está intrinsecamente relacionada à estrutura fundiária concentrada e ao modelo de produção adotado no campo brasileiro, os quais geram passivos ambientais e sociais que inviabilizam a manutenção de assentamentos de reforma agrária, causando a exclusão social de pequenos produtores e trabalhadores rurais. O corolário dessa hipótese aventa o fato de que muitos outros desafios precisam ser enfrentados por esses indivíduos, principalmente no tocante à busca pelas necessidades básicas humanas, o que dificulta e atrasa a percepção do passivo ambiental e a motivação para reverter esse quadro.

## 5. MATERIAL E MÉTODOS

### 5.1. Área de Estudo

O pré-assentamento Pequeno Wilian, ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST está localizado na Região Administrativa de Planaltina, no Distrito Federal, em glebas de terra da fazenda Sálvia, sendo essa propriedade da União. O pré-assentamento possui uma área total de 144,1 ha e se limita ao norte e oeste com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) e ao sul e leste com chácaras diversas (Figura 1).



Figura 1. Área do pré-assentamento Pequeno Wilian. Fonte: Borges *et al.*, 2011.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2012), pré-assentamento é a etapa em que grupos de pessoas sem terra conseguem se estabelecer em uma determinada área e começam as negociações com o Governo para fazer daquela área um local destinado à reforma agrária<sup>2</sup>.

O nome “Pequeno Wilian” surgiu em decorrência de um fato ocorrido na fase em que

---

<sup>2</sup> Segundo Moura e Lombardi (2009), “*pré-assentamento é uma condição transitória, onde as famílias, de maneira geral, estabelecem unidades produtivas organizadas pelos movimentos sociais a qual fazem parte, sem acessarem nenhuma política pública destinada à reforma agrária (crédito, assistência técnica, programa de aquisição de alimentos)*”, concretizando uma situação de vácuo perante o Estado.

as famílias estavam no processo de ocupação de uma determinada área. No acampamento as condições de saúde e infraestrutura eram péssimas e uma das crianças chamada Wilian bebeu água do poço existente, o qual se encontrava contaminado por resíduos químicos, levando a criança a óbito.

A área ainda não foi parcelada e não há atividades agrícolas de grande porte sendo desenvolvidas. De maneira geral, existem no local 25 barracos pertencentes às 25 famílias instaladas, pequenos cultivos de milho e hortaliças e criação de animais em pequena escala (Figura 2). Ao lado da área habitada localiza-se uma pastagem degradada (cerca de 18 ha), onde predomina o capim *brachiaria*. Há ainda, uma área úmida (0,8 ha), onde se observou grande incidência de gramíneas e algumas espécies arbustivas esparsas, uma antiga cascalheira (0,6 ha) e uma área de Cerrado sentido restrito (122 ha).



Figura 2. Entrada do pré-assentamento.

## 5.2. Histórico da área

A Fazenda Sálvia é de propriedade da União e teve sua posse e domínio transferida no ano de 2009 ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU). De acordo com a Portaria nº 62, de 23 de abril de 2009, a área total da fazenda era de 10.848,66 ha, sendo repassado ao INCRA 760,9281 ha para a criação de projetos de assentamento e reforma agrária, devendo beneficiar 240 famílias (BRASIL, 2009).

No caso do Pequeno Wilian o projeto de criação do assentamento compreende duas

glebas da fazenda. A primeira gleba, com 144,1734 ha, tem o objetivo específico de criar um projeto de assentamento no local para atender as famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A segunda gleba, com cerca de 63 ha, tem a finalidade de ser a Reserva Legal (RL) do assentamento.

Inicialmente a área da segunda gleba (63 ha) era ocupada parcialmente pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), tendo sido destinada ao INCRA para atender famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), famílias do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e famílias do Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural (MATR).

Há aproximadamente 10 (dez) anos um grupo de trabalhadores ligados ao MATR acampou nas margens da DF 330 no perímetro da gleba 122 da fazenda, no limite à área utilizada pelo antigo Colégio Agrícola de Brasília e passaram a pleitear a destinação de uma área naquele local para a criação de assentamento rural. O MST e o MTD também levantaram acampamento na área, dessa vez às margens da rodovia BR 020, endossando o pleito pela destinação de uma área para assentamento rural no local. Apenas em abril de 2009 foi destinada uma área para atender aos três movimentos.

No entanto, quando a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER-DF) elaborou o Relatório de Viabilidade Ambiental (RVA) da área constatou-se que a maior parte estava inserida em Zona de Vida Silvestre.

Como a região da antiga Fazenda Sálvia está localizada na Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu, as diretrizes gerais para uso da área estão contidas na Instrução Normativa nº 02, de 22 de abril de 1988, emitida pela antiga Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) (BRASIL, 1988). De acordo com a Instrução Normativa, a zona de vida silvestre é uma área de uso restrita, onde a proteção é essencial, tanto para a sobrevivência de espécies da fauna e flora da biota regional consideradas vulneráveis, endêmicas ou ameaçadas de extinção.

Nesse sentido, as atividades do assentamento se tornariam extremamente reduzidas, o que fez com que o MST optasse por pleitear outra área para criação do projeto de assentamento, a primeira gleba referida (144,1 ha), a qual foi transferida ao INCRA para esse fim em setembro de 2010 (BRASIL, 2010).

### **5.3. Metodologia**

Utilizou-se o método dialético das aproximações sucessivas, o qual partiu da análise geral sobre a questão agrária e por abstrações chegou-se ao pré-assentamento Pequeno Wilian, contribuindo com novos conteúdos explicativos para os problemas que ali foram encontrados.

O processo torna-se assim reflexivo, visto que a razão reconstrói o movimento do real para então depois seguir o caminho de volta até o objeto de estudo, tornando-se inclusive muito mais rico porque traz consigo novas e múltiplas mediações (PONTES, 1997).

Dessa forma, o conhecimento da realidade não é apenas a simples transposição dessa realidade para o pensamento, pelo contrário, fundamenta-se na reflexão crítica que se origina por intermédio de um conhecimento acumulado, gerando uma síntese, o concreto pensado (QUIROGA, 1991).

Todas as reflexões e ações decorrentes deste trabalho foram frutos de processos participativos de tomada de decisões, a partir da participação nas reuniões semanais que ocorrem no pré-assentamento Pequeno Wilian.

Ressalta-se que a pesquisa foi apresentada e autorizada pelas lideranças do pré-assentamento.

#### **5.3.1. Pesquisa de Campo**

Segundo Habermas (1995), qualquer programa ou pesquisa de intervenção junto a agricultores familiares necessita do conhecimento do contexto socioeconômico e sistema de produção, entre outros.

Ao definir a importância da atividade de campo Suertegaray (1996) apud Tavares (2002) afirma que:

A atividade de campo faz parte de um processo de investigação que permite a inserção do pesquisador na sociedade, reconstruindo o sujeito e por consequência sua prática social. (...) Ela permite o aprendizado de uma realidade, na medida em que oportuniza a vivência “in loco” do que deseja estudar. O trabalho de campo também possibilita um maior domínio da instrumentalização e a possibilidade de construção do conhecimento.

A pesquisa de campo foi realizada de forma qualitativa, tendo por objetivo assegurar a obtenção de resultados que facilitem os conhecimentos e análises do grupo estudado. Essa

atividade foi realizada por intermédio de entrevistas semi-estruturadas dirigidas ao coletivo nas reuniões semanais do pré-assentamento Pequeno Wilian e da participação em reuniões oportunas que surgiram no decorrer da pesquisa.

Uma das contribuições da atividade de campo realizada foi o aprofundamento da socialização com o grupo estudado, propiciando integração e colaborando para gerar uma relação de maior confiança entre a pesquisadora e os assentados.

As entrevistas semi-estruturadas seguiram um roteiro de perguntas abertas, permitindo que o entrevistado se expressasse de forma espontânea e que serviram como uma abertura para outras perguntas que surgiram em função da própria conversa.

O direcionamento das entrevistas foi voltado para obter as seguintes informações qualitativas:

- a. Condições gerais de vida dos trabalhadores rurais;
- b. Percepção dos envolvidos em relação aos passivos ambientais, bem como a disposição em superá-los ou assumi-los como dado;
- c. Principais problemas que envolvem a manutenção das famílias no local;
- d. Expectativas de ações do Poder Público para superação dos problemas;
- e. Possíveis formas de utilização dos recursos naturais existentes no local.

### **5.3.2. Análise de documentos**

Para complementar a obtenção de informações foi utilizada a busca bibliográfica de documentos referentes a assentamentos de reforma agrária, especialmente em relação ao pré-assentamento Pequeno Wilian. Os documentos foram obtidos em órgãos governamentais e não governamentais e contribuíram para a obtenção de informações úteis para se alcançar o objetivo do estudo.

### **5.3.3. Revisão Bibliográfica**

O marco teórico da pesquisa baseou-se no estudo aos clássicos mais relevantes da questão agrária e ambiental publicados por autores brasileiros. Esse exercício possibilitou a argumentação desenvolvida no trabalho apontando as causas explicativas de como uma estrutura agrária fortemente concentrada, expulsiva e condena milhares de trabalhadores rurais sem terra a se instalarem em áreas com grandes passivos ambientais.

## 6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram realizados um total de cinco encontros no pré-assentamento Pequeno Wilian. O primeiro encontro aconteceu em dezembro de 2011 com um dos dirigentes do MST e acampado no local, Sr. Gaspar. O segundo encontro aconteceu no dia 12 de maio de 2012 e se deu em conjunto com uma reunião do pré-assentamento com a EMATER-DF (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal), e que teve por intuito discutir a concretização do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). O terceiro encontro ocorreu no dia 20 de maio de 2012, como parte da reunião semanal do pré-assentamento. O quarto encontro se deu no dia 25 de maio de 2012, novamente em conjunto com a EMATER-DF. O quinto encontro aconteceu juntamente com uma oficina a respeito de incêndios florestais com os moradores no dia 02 de junho de 2012.

Para uma melhor compreensão dos dados obtidos a partir da pesquisa qualitativa realizada, os resultados serão apresentados em três etapas, as quais foram formuladas em momentos específicos dentro do período da pesquisa. A divisão se deu da seguinte forma:

- **Identificação preliminar:** essa etapa compreendeu o primeiro encontro realizado no pré-assentamento e teve como intenção observar e caracterizar os passivos ambientais instalados na área;
- **Identificação da percepção e da realidade dos assentados:** essa identificação transcorreu nos posteriores quatro encontros. Neles buscou-se constatar a existência ou não de percepção ambiental por parte dos moradores, assim como uma tentativa de dimensioná-la e de compreender as expectativas envolvidas nesse processo;
- **Reflexões e contribuições:** o intuito dessa etapa foi gerar reflexões sobre a dimensão do problema ambiental instalado e a sua interferência no desenvolvimento de assentamentos de reforma agrária e na vida dos trabalhadores rurais, discutindo possíveis contribuições para essa questão.

### 6.1. Identificação preliminar

As famílias que hoje estão no pré-assentamento Pequeno Wilian permaneceram aproximadamente sete anos em um acampamento na margem da rodovia BR 020 e atualmente vivem há dois anos na área da antiga Fazenda Sálvia.

Com o objetivo de fazer um levantamento prévio acerca de informações sobre possíveis problemas ambientais existentes no pré-assentamento Pequeno Wilian, foi realizado o **primeiro encontro** com um dirigente do MST que também está acampado no local.

Na conversa foi possível perceber alguns impactos ambientais ocasionados ao local antes da chegada das famílias. Em geral, grande parte dos problemas identificados estavam diretamente ligados ao uso anterior da área, o que isenta as famílias de culpa pelo dano, mas impõe indiretamente à elas sérias restrições.

Sobre a disponibilidade de água, esta é proveniente de dois poços artesianos escavados e parcialmente manilhados, um com cerca de 2 m de profundidade e outro com cerca de 1,5 m de profundidade. Essa água é utilizada para o abastecimento humano e dessedentação de animais. Atualmente a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB) vem abastecendo caixas d'água localizadas na área comunitária do pré-assentamento. A utilização da água de poços artesianos se configura como um risco, visto que o lençol freático da área se encontra a menos de 4 metros de profundidade e que qualquer tipo de contaminação afetaria diretamente a saúde dos moradores.

O uso do solo se encontra limitado devido às más condições de conservação em que este se encontrava. Aproximadamente 18 ha da área estão ocupados com capim *brachiaria* (Figura 3), pois antes do assentamento esse espaço estava destinado à criação de bovinos sem considerar aspectos relevantes de conservação do solo, o que resultou numa grave compactação do solo daquela área de pastagem.



Figura 3. Área degradada ocupada pelo capim *brachiaria*.

Esse passivo impõe sérias restrições à utilização da área, impossibilitando a produção agrícola e outras atividades. Há ainda como agravante a dificuldade de se implantar mecanismos para reverter a degradação observada, devido a falta de equipamentos e apoio financeiro do governo.

Próximo aos barracos, atividades agrícolas de pequeno porte vêm sendo desenvolvidas, como produção de milho, mandioca e hortaliças sem o emprego de agrotóxicos (Figura 4). Entretanto, há uma preocupação com as atividades realizadas na vizinhança, sendo relatado pelos moradores o uso de agrotóxicos nas proximidades do pré-assentamento. Outra preocupação é com a ocorrência de pragas agrícolas nos pequenos cultivos das famílias.



Figura 4. Produção individual de pequeno porte próxima aos barracos.

Na área destinada ao assentamento há também a presença de vegetação nativa de Cerrado sentido restrito (122 ha), sendo que na parte mais próxima aos barracos o mesmo encontra-se bastante antropizado. A partir da conversa notou-se uma preocupação com a utilização dessa área sem que haja desmatamento da vegetação nativa, visto que os moradores já fizeram o exercício de identificar algumas formas de uso múltiplo do Cerrado. Uma das atividades que vem sendo desenvolvida pelo grupo de mulheres é o artesanato com fibra de bananeira e flores do cerrado.

Na conversa foi relatada também a ocorrência de incêndios criminosos na área destinada ao assentamento. No ano de 2011, houve dois princípios de incêndios florestais, que

foram combatidos inicialmente pelos próprios moradores. Nesse ano de 2012, já existe uma grande preocupação com os incêndios em decorrência da altura em que se encontra o capim.

A RL do assentamento possui uma nascente de água que se encontrava degradada, favorecendo o alagamento da área. A recuperação do local foi feita por meio do plantio de mudas de espécies arbóreas nativas em parceria com o projeto “Rio São Bartolomeu Vivo”, financiado pela Fundação Banco do Brasil (FBB) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDS). Sobre o formato desse projeto, os moradores questionaram o porquê de não se utilizar outras espécies como bananeira e mandioca para o plantio de recuperação.

Foi possível perceber que há uma clara intenção de que a ocupação da área seja feita de forma agroecológica, dispensando ações danosas ao meio ambiente, como uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, queimadas e desmatamentos. Pode-se aferir que essa intenção demonstrada é decorrente da proximidade com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) e da relação com os professores e alunos do curso de Graduação de Tecnólogo em Agroecologia oferecido por essa Instituição, tendo inclusive moradores do Pequeno Wilian cursando-o.

Essa opção do assentamento de adotar a agroecologia como o molde de produção viabiliza a promoção da diversidade, a otimização do desempenho e a eficiência do sistema produtivo (ALTIERI, 2012).

Entre os problemas ambientais observados na área decorrentes de ações antrópicas anteriores à criação do assentamento estão: indícios de degradação da área de cerrado devido a atividades humanas e pecuária, compactação superficial do solo na área de pastagem, queimadas frequentes e resquícios de atividade mineradora. Ressalta-se que além dos relatos, os passivos ambientais citados foram aferidos pela pesquisadora ao analisar a área. O Relatório de Viabilidade Ambiental (RVA) emitido pela EMATER-DF também aferiu vários passivos e preocupações ambientais referentes à área ocupada.

O que se percebe com essa análise preliminar é que a estrutura fundiária do campo brasileiro, baseada em latifúndios e no modelo de produção intensivo do agronegócio desconsidera os princípios de conservação ambiental e sustentabilidade. É o caso da fazenda Sálvia, um latifúndio de 10,8 mil ha e que em razão do modelo de produção adotado gerou diversos passivos ambientais que hoje precisam ser enfrentados para possibilitar a manutenção das famílias no local. Dessa forma afirma-se que os problemas ambientais decorrentes das ações anteriores à chegada dos moradores interferem no desenvolvimento do

assentamento.

## **6.2. Identificação da percepção e da realidade dos assentados**

Para obter informações acerca da realidade do assentamento e da percepção ambiental optou-se por centrar a pesquisa na participação em reuniões com os demais pré-assentados, tanto homens como mulheres.

### **2ª Encontro**

O segundo encontro aconteceu em uma reunião dos técnicos da EMATER-DF com as famílias, a qual tinha por finalidade a discussão do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA. Em razão do objetivo já pré-definido para a reunião, optou-se por não fazer intervenções na mesma, cumprindo apenas a observação como ouvinte das propostas e pensamentos apresentados, bem como as idéias predominantes e contrárias.

Segundo a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 387, de 27 de dezembro de 2006, o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) é o:

Plano que reúne os elementos essenciais para o desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, em estrita observância à diversidade de casos compreendida pelos diferentes biomas existentes, com destaque para os seus aspectos fisiográficos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo instrumento básico à formulação de projetos técnicos e todas as atividades a serem planejadas e executadas nas áreas de assentamento, constituindo-se numa peça fundamental ao monitoramento e avaliação dessas ações.

Em um primeiro momento os técnicos da EMATER apresentaram as etapas existentes para elaboração do PDA, as quais são:

- a. Diagnóstico: descrição do assentamento, diagnóstico do meio natural, diagnóstico social.
- b. Plano de ação: organização espacial, infra-estrutura necessária, sistemas produtivos ações para preservação do meio ambiente, gestão e organização do assentamento.

A primeira etapa do PDA encontra-se quase finalizada, constando no Relatório de Viabilidade Ambiental do assentamento e necessitando apenas do complemento de

informações. Esse relatório já foi aprovado pelo Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), o qual concedeu a licença prévia para o Pré-Assentamento Pequeno Wilian. A licença prévia é a:

Licença concedida na fase preliminar do planejamento dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária aprovando sua localização e concepção, sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos a serem atendidos na próxima fase do licenciamento (CONAMA nº387, 2006).

Com argumentos sobre a dificuldade que será enfrentada para aprovação final do PDA pelos órgãos ambientais do Distrito Federal, os técnicos mostraram-se dispostos em se esforçar para aliar as questões ambientais e sociais no desenvolvimento do assentamento.

Após essa apresentação sobre o PDA, abriu-se o espaço para que os moradores colocassem suas dúvidas. Foi possível perceber preocupações sobre: a destinação do esgoto, devido a proximidade do lençol freático; a recuperação da cascalheira; a responsabilização pelo dano ambiental identificado na cascalheira; e o tempo que vai demorar para o PDA ficar pronto.

No segundo momento foi feita uma divisão aleatória dos moradores em 3 (três) grupos para o desenvolvimento de algumas atividades. A idéia desse espaço foi que os moradores contribuíssem com os seus “sonhos” para a concretização do documento final do PDA. Cada grupo deveria responder as seguintes perguntas:

- a. O que vocês querem produzir para o sustento e venda?
- b. Como deverá ser dividida a área do assentamento?
- c. Desenhe o modelo do assentamento que desejam.

No desenrolar de cada grupo foi possível perceber lideranças dentro de cada um deles, ou seja, pessoas que se destacavam e faziam as colocações principais, conduzindo a resposta final do grupo.

Na resposta da primeira pergunta houve certo consenso entre as atividades escolhidas para produção no assentamento. Tendo em vista esse comportamento nota-se que essa discussão já havia sido realizada entre eles.

Em resposta a segunda pergunta, houve consenso na discriminação de espaços para áreas comunitárias/coletivas e no tamanho dos lotes individuais. Um dos grupos fez referência ao parcelamento em 25 lotes, atendendo 25 famílias, enquanto outro grupo decidiu pelo parcelamento em 20 lotes.

Na terceira pergunta, foi notória a diferença entre as idéias dos três grupos. O primeiro grupo deseja que o assentamento tenha ao centro uma área comunitária, com os lotes divididos em “raio de sol” a partir desse centro. Já o segundo grupo, alegando que a 1ª proposta deixaria alguns lotes muito estreitos e compridos, apresentou a proposta de se criar duas áreas centrais para serem comunitárias e com os lotes se dividindo também em “raio de sol” a partir desses centros. O último grupo não concordou com nenhuma das propostas apresentadas, sob a justificativa de que em ambas alguns lotes seriam colocados nas áreas degradadas, enquanto outros seriam colocados em áreas melhores.

Foi possível observar que apenas um dos grupos teve uma prévia percepção do passivo ambiental existente na área degradada por pastagem e a consequência deste para o desenvolvimento do assentamento, propondo alternativas para que o mesmo não prejudique nenhuma das famílias.

De forma geral, foi explícita a impaciência dos moradores com a demora em se aprovar o PDA. Não se pode afirmar que essa preocupação é devido a vontade de resolução do passivo ambiental do assentamento, visto que a maior urgência colocada por eles é a divisão dos lotes e o início das atividades de produção.

A reunião com a EMATER comprova a hipótese de que há um dano ambiental instalado na área destinada ao projeto de assentamento. Esse dano já foi percebido pelos moradores, no entanto a construção das moradias e acesso a serviços públicos para atendimento das necessidades básicas impedem que a resolução do passivo ambiental seja visto como prioridade.

### **3ª Encontro**

O terceiro encontro aconteceu na reunião semanal que ocorre todos os domingos no pré-assentamento. Nesse encontro optou se por não fazer perguntas diretas sobre os passivos ambientais, no intuito de verificar se os próprios trabalhadores rurais tocariam nesses pontos, assumindo a vontade de recuperá-los ou apenas percebendo a existência do passivo.

Entre os temas que nortearam a conversa destacam-se: as condições gerais de vida, abordando as dificuldades que eles vêm enfrentando para se manter no local; as expectativas e anseios para melhoria dessas condições; como se dá as relações com os órgãos ambientais que acompanham o projeto do assentamento.

O primeiro ponto colocado como dificuldade enfrentada foi a demora em

concretização do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA. Há uma expectativa por parte de alguns moradores de que o PDA irá resolver todos os problemas estruturais, como o abastecimento de água e luz, assim como a construção das casas.

Por outro lado, alguns moradores, principalmente os que exercem atividades de direção dentro do MST destacaram que o PDA não resolve todos os problemas e que no caso do Distrito Federal o PDA acabou por inviabilizar os assentamentos existentes.

Outro ponto foi a respeito das barreiras colocadas para a regularização fundiária no Distrito Federal. Um dos assentados citou que esse ato é um direito de todos os cidadãos.

A criminalização do MST também foi citada como um fator que causa insatisfação aos trabalhadores rurais, os quais são vítimas de diversas denúncias por parte de vizinhos e de incêndios criminosos nas estradas de acesso ao assentamento.

Há também o difícil acesso a hospitais e escolas. O hospital mais perto é o de Planaltina e para ir à escola as crianças dependem de ônibus que a Secretaria de Educação disponibiliza.

Alguns assentados afirmaram que só o Estado não irá resolver os problemas enfrentados, destacando a pressão e a luta através da organização no movimento.

Esperam por políticas públicas adequadas à realidade de assentados de reforma agrária, que garantam, sobretudo infraestrutura básica, além da expectativa de poderem trabalhar na terra conquistada, produzindo e fornecendo alimentos saudáveis à população, mantendo as suas famílias em condições dignas e autônomas.

A partir do encontro pôde-se perceber a importância que tem a garantia das necessidades básicas humanas para esses indivíduos, sem as quais surge uma ameaça real ao sentido da vida.

De acordo com Doyale Gough (1991), o provimento das necessidades humanas básicas é um dever irretorquível do Estado, pois, somente este ente dispõe de poderes legitimados para desincumbir-se de tal tarefa<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> O conceito de necessidades humanas básicas remete a idéia da imperiosidade da satisfação do conjunto de requerimentos que assegurem a todos os indivíduos o gozo integral de saúde, capacidade de agência e autonomia crítica, condições básicas para que se possa exercer o efetivo controle sobre a própria vida.

Nesse sentido, como esperar que essas pessoas se preocupem com a recuperação dos passivos ambientais que as rodeiam se nem mesmo as necessidades básicas consideradas essenciais à manutenção da vida foram alcançadas?

#### **4ª Encontro**

O quarto encontro com as famílias do pré-assentamento Pequeno Wilian aconteceu em conjunto com outra reunião de técnicos da EMATER-DF com as famílias (Figura 5). Essa reunião teve como objetivo aprofundar em questões do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) já discutido anteriormente, assim como iniciar a discussão de propostas para a produção coletiva no local.



Figura 5. Reunião de técnicos da EMATER com os moradores do pré-assentamento Pequeno Wilian.

Um dos técnicos apresentou a proposta de instalação de tanques para criação de peixes, argumentando que a atividade poderia trazer um bom retorno financeiro. Outro técnico trouxe informações sobre a criação de bovinos, tanto na área coletiva como no lote individual.

Um dos moradores tocou em um ponto que o preocupa acerca do número de famílias que serão assentadas. A IN nº 02, de 22 de abril de 1988 (BRASIL, 1988), no que tange às “atividades a serem encorajadas ou incentivadas, limitadas, restringidas ou proibidas na APA do São Bartolomeu” diz que:

Fica estabelecida a fração mínima de 12 (doze) hectares, com no máximo 2 (duas) habilitações para até 500 m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados) de Área construída por módulo rural, para o Sistema de Terra III.

Se essa norma for adotada apenas 12 famílias das 25 que hoje moram no local poderão participar do parcelamento dos lotes.

Segundo os técnicos da EMATER existem argumentos técnicos suficientes para manter as 25 famílias no local, visto que o PDA terá como foco o sistema agroecológico.

Por outro lado, o que vem sendo dito pelos órgãos ambientais é que insistir no número de 25 famílias irá retardar o processo de aprovação do PDA e conseqüentemente da regularização do assentamento. No entanto verifica-se que a restrição ambiental imposta pelos órgãos ambientais competentes só existe quando lhes interessa.

Continuando com a discussão ambiental, outro ponto colocando por um dos assentados que também faz parte da direção regional do MST, é a frequência com que se verificam as chácaras vizinhas desrespeitando as normas ambientais estabelecidas para a APA do São Bartolomeu.

Um dos assentados que também faz parte da direção do movimento acrescentou que o MST pauta o respeito e a preocupação com a preservação do meio ambiente, citando como exemplo as ações locais que estão sendo realizadas como a recuperação da nascente de água da Reserva Legal com o plantio de 500 mudas de espécies nativas; o projeto de construção de um viveiro de produção de mudas no assentamento; a não utilização de agrotóxicos na produção; e o enfoque agroecológico do PDA.

Mas o que se verifica é que mesmo quando surge certa discussão ambiental nas conversas realizadas, os pontos de necessidades básicas não são esquecidos. Aproveitando a reunião com a EMATER, os moradores reforçaram o pedido de um ponto de luz provisório, principalmente para a área comunitária do assentamento.

A preocupação com a temática ambiental esteve presente no discurso das lideranças do pré-assentamento portadoras de certo grau de formação dentro do MST, porém nem todos os moradores partilham dessa preocupação ou se dispõem aos mesmos esforços. Esse fato ocorre porque é maior a preocupação com a falta de condições dignas, como saúde, moradia, escola, trabalho e outras necessidades essenciais para conseguirem se manter no local.

Visualiza-se a terra como o objetivo mais importante para esses indivíduos, o que é comprovado pela expectativa de aprovação imediata do PDA. No entanto, eles sabem que

outras necessidades precisam ser alcançadas para que esse objetivo ganhe sentido e os sonhos e aspirações sejam realizados.

## **5ª Encontro**

O quinto encontro foi em uma oficina sobre incêndios florestais, feita a pedido dos moradores, por um integrante do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e também Engenheiro Florestal.

De acordo com dados da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal (GDF/SEMARH, 2004), o homem é, sem dúvidas, o principal causador de incêndios florestais, já que a grande maioria deles é iniciada em decorrência de algum tipo de atividade humana.

Por essa razão, a conversa começou com uma discussão sobre o uso do fogo nos aspectos sociais, ambientais e econômicos. Os moradores destacaram a partir de relatos próprios as vantagens e as desvantagens que eles enxergam em utilizar essa prática corrente.

O que se verifica é que a utilização do fogo existe devido a costumes antigos já incorporados, como para queimar lixo e áreas destinadas a pastagem. Alguns moradores defenderam o hábito de se queimar o lixo, tendo em vista que os caminhões de coleta passam apenas na entrada do pré-assentamento e não chegam aos barracos. Outros moradores ligados à questão agroecológica defenderam a coleta seletiva do lixo e a reciclagem como práticas que podem ser facilmente executadas dentro do assentamento, servindo de alternativa ao uso do fogo.

De forma geral, os moradores se mostraram dispostos a modificar os seus hábitos, procurando alternativas para resolver esse problema concreto que é o lixo.

A oficina prosseguiu com discussões sobre alternativas ao uso do fogo, formas de prevenção, equipamentos de proteção individual que os próprios moradores possam providenciar, materiais básicos para serem utilizados no combate, cuidados básicos no combate e as técnicas para o combate a incêndios florestais.

O que se nota é que a presença de costumes antigos e tradicionais contribui para a adoção de certas atitudes. No caso a queima do lixo e o costume de utilizar o fogo para fins agropastoris na limpeza de terrenos florestais, agrícolas ou pecuários sem as precauções devidas fazem com que essa prática seja recorrente no meio rural.

Há uma relação direta entre a falta de acesso ao conhecimento com a continuidade

destas práticas, visto que os moradores que são alunos do curso de Agroecologia foram os que demonstraram maior preocupação em relação à busca por alternativas.

A falta de opções para realizar atividades baseadas em princípios sustentáveis também interfere na continuidade das práticas de uso do fogo, visto que o caminhão de coleta de lixo passa longe das moradias e não há uma assistência que aponte técnicas baseadas em princípios agroecológicos.

Em todos os pontos pode-se verificar claramente a omissão do Governo, não se importando com investimento em educação de qualidade e faltando com sua obrigação na oferta de serviços públicos essenciais.

### **6.3. Reflexões e contribuições**

Ao analisar a dimensão do problema ambiental instalado no pré-assentamento Pequeno Wilian percebe-se que o mesmo interfere no desenvolvimento do assentamento, seja no acesso à água, na infra-estrutura para produção ou no manejo dos recursos naturais existentes, entre outros

Corroborando com essa idéia verifica-se que a percepção do ambiente em que estão inseridos não está presente em todas as esferas do assentamento, visto que é evidente a privação que esses sujeitos sofrem em relação às necessidades básicas para o desenvolvimento humano

Diante do que foi exposto e das reflexões que foram surgindo com a proximidade do objeto de estudo consolida-se a idéia de que o direito ao ambiente saudável é uma necessidade primordial para que os indivíduos vivam uma vida com sentido. Por essa razão é primordial a criação de instrumentos capazes de suprir esta necessidade.

Entre esses instrumentos centrais para esse processo encontra-se a demanda por formação de consciência por intermédio da Educação Ambiental (EA).

Uma das discussões mais elaboradas sobre o conceito de EA aconteceu na Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em Tbilisi, Geórgia (antiga União Soviética), no ano de 1977. A “Conferência de Tbilisi” reuniu especialistas de várias partes do mundo para pensar a EA em todas as suas peculiaridades, e assim definir suas principais características.

Entre os avanços da Conferência de Tbilisi, destaca-se a recomendação de que a efetivação da EA no mundo deveria estar pautada em uma abordagem holística, isto é, que

todos os aspectos que compõem o meio ambiente estivessem incluídos (políticos, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos, culturais, éticos, ecológicos, etc).

A conferência também orientou que o tema deveria ser tratado de forma interdisciplinar e globalizadora, incorporando a dimensão ambiental em todos os ramos do conhecimento (sendo que estes também teriam que estar conectados), e que as ferramentas utilizadas na EA se relacionassem diretamente com os problemas concretos vividos pela sociedade, seja no âmbito mundial ou local. Foi ressaltada a importância da coletividade para a resolução dos problemas ambientais e, com isso, ações individuais e coletivas contribuiriam para resolver os problemas derivados da relação homem-natureza-homem (DIAS, 2004).

De uma forma geral, os problemas ambientais não poderiam ser vistos como “estritamente ambientais”. A finalidade da EA seria justamente a de ressaltar que a resolução destes problemas passa pela compressão da interdependência de todos os fatores envolvidos. Sendo assim, a EA promoveria a busca por um novo modelo de sociedade, em que as todas as pessoas teriam a possibilidade de adquirir conhecimentos e incorporar novos valores. Nesta nova sociedade seria comum pensar e agir coletivamente na busca de alternativas para os problemas de qualquer dimensão (DIAS, 2004).

No Brasil, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), desconsiderou as recomendações da Conferência e formulou as diretrizes para a EA apoiadas na “visão ecológica”. De acordo com o MEC, a inserção da EA deveria ser dar de forma fragmentada, vinculada aos pacotes de ciências biológicas. Neste contexto, apesar de existirem ações e programas de EA difundidos pelos estados, faltava organização e direcionamento para estas iniciativas. Com isso, pela falta de uma política educacional, a abordagem “ecológica” da EA disseminou-se pelo Brasil indiscriminadamente.

A Constituição Brasileira de 1988 teve o capítulo V, com o Art. 225 dedicado ao meio ambiente, incluindo ainda no § 1º a EA como dever do poder público:

VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Mas o que se observa é que muito pouco foi feito pelo poder público neste sentido. A falta de recursos financeiros e apoio governamental, juntamente com a pressão de grupos contrários a conservação ambiental impediu um maior desenvolvimento da EA no Brasil.

Apenas em 1999, 22 anos após a Conferência de Tbilisi, foi criada a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

O tipo de EA mais conhecido e difundido no Brasil é a Educação Ambiental Conservadora ou Convencional, a qual é caracterizada puramente pelas ações focadas no indivíduo, tendo como base a mudança de comportamento pessoal para estabelecer uma nova relação homem-natureza. Usa como instrumentos principais a sensibilização em torno dos problemas ambientais, os quais são vistos de forma descontextualizada do todo, partindo de uma visão de mundo fragmentada e dualista - a natureza e a sociedade são vistas de forma isolada, inexistindo a compreensão do constante movimento e relação intrínseca entre essas variáveis. De maneira geral, não questiona a estrutura econômica vigente e nem como se dá a relação desta na apropriação da natureza (LOUREIRO, 2004).

Guimarães (2004) destaca paradigmas da sociedade moderna partilhados pela EA Conservadora, como:

O aspecto cognitivo do processo pedagógico, acreditando que transmitindo o conhecimento correto fará com que o indivíduo compreenda a problemática ambiental e que isso vá transformar seu comportamento e a sociedade; o racionalismo sobre a emoção; sobrepor a teoria à prática; o conhecimento desvinculado da realidade; a disciplinaridade frente à transversalidade; o individualismo diante a coletividade; o local descontextualizado do global; a dimensão tecnicista frente à política; entre outros (GUIMARÃES, 2004, p.27).

Com o passar do tempo, vários pesquisadores envolvidos na temática ambiental perceberam a necessidade de se romper com o modelo dominante de Educação Ambiental. Apoiadas nos ensinamentos de Paulo Freire, Karl Marx e Edgar Morin (entre outros), surgiram novas vertentes comprometidas com a transformação da realidade.

Segundo Bertolucci *et al.* (2005), várias abordagens estão presentes no campo libertário da EA. Dentre as vertentes mais conhecidas estão a EA Transformadora, EA Crítica, EA Emancipatória e Ecopedagogia, que de forma geral seguem os mesmos princípios. A linha que norteia todas estas vertentes é o questionamento às abordagens comportamentalistas, reducionistas e dualistas no entendimento da relação sociedade-natureza, da mesma forma que acreditam que a educação deve ser usada como instrumento de conscientização para a

formação de cidadãos comprometidos com a mudança da realidade (LOUREIRO, 2004).

A Educação Ambiental Transformadora busca reincorporar às práticas de EA uma abordagem que integre todos os aspectos da vida humana (economia, cultura, sociedade, natureza e política), questionando a realidade e reconhecendo as relações existentes em cada local, e ainda destacando a ação coletiva como meio para a resolução dos conflitos. A EA desse modo não é vista como um ramo do conhecimento isolado, mas incluído em um conceito maior de educação de caráter libertário e transformador (LOUREIRO, 2004).

A EA Transformadora ou Crítica se pauta no esclarecimento da realidade, colocando o processo educativo na transformação da sociedade e assumindo de forma inalienável a sua dimensão política, o que explicita a interface entre esta vertente de EA e a Educação Popular (GUIMARÃES, 2004).

Desta forma, a EA Transformadora pressupõe o papel interventor da educação - nas palavras de Paulo Freire:

Outro saber de que não posso duvidar um momento sequer na minha educativa-crítica é o de que, como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento (FREIRE, 2002, p 38).

A respeito da junção entre teoria e prática para a formação de cidadãos comprometidos com a transformação social Freire (2005) sustenta que as ações dos homens para transformar o mundo se dá a partir da práxis que determina suas ações e reflexões.

A idéia de transformação social remete a uma insatisfação ou inconformismo com o estado atual do mundo, com as relações sociais estabelecidas entre os indivíduos, consigo mesmo e com o meio ambiente. Acredita-se então que há uma possibilidade de transformação na qualidade dessas relações por meio da tomada de consciência individual e coletiva, possibilitando ações sociais e políticas pautadas no diálogo, na solidariedade e na participação social (LIMA, 2004).

Quando se compreende o processo educativo como libertador, faz-se fundamental o fornecimento de subsídios para que os sujeitos resgatem e exerçam sua autonomia, realizando as escolhas que julguem mais adequadas às suas necessidades individuais e sociais (LIMA,

2004).

Lima destaca a importância da EA transformadora ou emancipatória para ampliar os espaços de liberdade dos indivíduos:

Transformando as situações de dominação e sujeição a que estão submetidos através da tomada de consciência de seu lugar no mundo, de seus direitos e de seu potencial para recriar as relações que estabelece consigo próprio, com outros em sociedade e com o ambiente circundante (LIMA, 2004, p.104).

E é essa prática de Educação Ambiental de forma transformadora que pode auxiliar na elevação de consciência ambiental dos trabalhadores rurais, considerando o papel e os direitos dos assentados de reforma agrária e as relações coletivas que se criam no processo de luta pela terra. Para tanto, é inevitável uma concepção de EA que problematize a realidade e propicie aos sujeitos a compreensão de seu verdadeiro papel diante da temática ambiental colocada localmente e globalmente.

Diante disso, é fundamental uma educação ambiental como prática social, transmitindo ao indivíduo o caráter social da sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, potencializando a atividade humana e tornando-a exemplo de prática social e de ética ambiental (TOZONI-REIS, 2003). Nesse contexto, a educação ambiental configura-se como uma mediação da apropriação e transmissão, pelos sujeitos, das qualidades, atitudes e capacidades necessárias à ação transformadora responsável diante do ambiente em que vivem (TOZONI-REIS, 2003)

Um projeto de educação ambiental em assentamentos rurais deve ser voltado para contribuir com a consolidação da autonomia dos assentados, ao mesmo tempo em que reflete as formas coletivas de produção e comercialização relacionando-as com o trabalho e as formas de se relacionar com o meio ambiente.

Nesse sentido, a educação ambiental dentro do pré-assentamento Pequeno Wilian e em outros assentamentos de reforma agrária não pode negar nem subjugar os sujeitos coletivos que se criam, devendo trabalhar a partir dos sonhos dos assentados as soluções alternativas para os problemas enfrentados. Machado (1998) destaca que o caminho para a educação ambiental nos assentamentos deve passar pelo diagnóstico participativo, com a reconstrução histórica do grupo, abordando as relações interpessoais, intergrupais e com a natureza.

Aproximando-se da EA ambiental como instrumento para contribuir no processo de

desenvolvimento de assentamentos rurais, chega-se à idéia de que só é possível conservar os recursos naturais locais se simultaneamente se transformar a realidade vivida por esses sujeitos.

Layrargues (2006) propõe que a EA deve colocar no centro das suas atenções “*a relação implícita com a mudança social, para além da sua relação presumida com a mudança cultural derivada da relação explícita com a mudança ambiental*”. Em outras palavras, a mudança ambiental só será possível a partir de uma mudança cultural e social.

A mudança cultural tem como propósito criar uma nova visão de mundo, compreendendo como dever moral a proteção à natureza. Já a mudança social preconiza, por seu turno, o direito a uma natureza protegida como bem coletivo (LAYRARGUES, 2006).

Quando se compreende a necessidade de implementação de uma educação emancipatória e transformadora é possível avançar para o debate das ações tecnicistas que geralmente são desenvolvidas em assentamentos de reforma agrária, baseadas apenas em objetivos e operacionalidade. Sem entrar no mérito dessas ações, verifica-se que as mesmas não são capazes de englobar os aspectos capazes de despertar a consciência e tornar os trabalhadores rurais sujeitos do processo.

O debate sobre a resolução dos passivos ambientais deve ser precedido por iniciativas de educação. A completa adoção de uma educação verdadeiramente transformadora da realidade é essencial para auxiliar na reversão do lamentável quadro que obriga milhares de trabalhadores rurais a se instalarem e permanecerem em áreas com diversos problemas ambientais, sendo colocados à margem dos direitos que garantem um ambiente saudável.

É essa educação que permitirá aos indivíduos tornarem-se agentes dos processos de decisão que interferem nas suas vidas, principalmente na efetivação de políticas públicas direcionadas para a melhoria da qualidade de vida.

Nesse sentido é iminente a ação do Estado na criação de políticas públicas voltadas à Educação Ambiental com âmbito transformador. Esse instrumento é essencial para promover o estreitamento dos laços com a terra, garantindo uma nova relação do homem trabalhador rural com o meio ambiente.

É necessária a responsabilidade das instituições governamentais com esse compromisso, bem como com a realização de ações mais profundas para a promoção da reforma agrária, capazes de transformar a consciência ecológica, eliminar práticas agrícolas danosas ao meio ambiente, efetivar a soberania alimentar, garantir as necessidades básicas,

propiciar autonomia e emancipação desses indivíduos e criar uma nova compreensão socioambiental a esses sujeitos.

É nesse contexto que a reforma agrária ganha sentido, se tornando um mecanismo de democratização do acesso às terras agrícolas, conservação ambiental, justiça social para esses indivíduos e alcance da soberania alimentar.

## **7. CONCLUSÃO**

Com os dados gerados nesse trabalho verifica-se a existência de uma relação complexa e próxima entre questão agrária e questão ambiental, decorrente do fato de como a reforma agrária vem sendo executada no país. Quando a reforma agrária deixa de ser entendida apenas como um mecanismo de redistribuição de terras e passa a ser compreendida como um problema estrutural que também agrega a temática ambiental, ela consegue assegurar aos assentados além do acesso à terra, o trabalho autônomo, a redução da pobreza e a conservação dos recursos naturais, visto que torna-se mais simples a utilização racional da terra.

É possível concluir que existe um dano ambiental instalado no pré-assentamento Pequeno Wilian, decorrente de ações anteriores à chegada das famílias na área. Nota-se uma certa percepção sobre as questões ambientais por parte de alguns moradores, no entanto não se pode afirmar que exista a prioridade de reverter o dano ambiental por conta própria, pois manter-se na terra para eles não significa só recuperar a área degradada.

A conquista da terra não garante tudo que os trabalhadores rurais anseiam, sendo que diversas outras lutas ainda precisam ser enfrentadas para garantir a manutenção dos assentamentos de reforma agrária, como o acesso às necessidades básicas pessoais (saúde, transporte, moradia, educação) e à infra-estrutura produtiva (terras férteis, apoio à comercialização, assistência técnica voltada à realidade local). Diante desse quadro, supõe-se que após a consolidação da posse da terra, será necessária a busca por condições econômicas e sociais favoráveis à manutenção do trabalhador na terra.

A Educação Ambiental em moldes críticos é uma ferramenta capaz de auxiliar o processo de desenvolvimento de assentamentos rurais, despertando a consciência dos trabalhadores para o que falta no local a partir de uma ação transformadora responsável e colocando como premissa de que só é possível conservar os recursos naturais locais se simultaneamente se transformar a realidade vivida por esses sujeitos.

Como parte do seu dever, é necessário que o Poder Público invista em Políticas Públicas diferenciadas e voltadas a assentamentos de reforma agrária com a finalidade de não serem apenas ações tecnicistas, mas também instrumentos destinados a tornar os trabalhadores rurais agentes do processo de decisão e transformação de suas vidas.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. C. L. Atividades agro-ambientais em unidades de conservação. In: CONGRESO ARGENTINO DE DERECHO AGRARIO, 7, 2004, Buenos Aires. **Anais...** Bahia Blanca: CADA, 2005. Disponível em: <<http://www.abda.com.br>>. Acesso em: 26 de outubro de 2011.

ALTIERI, M. Una perspectiva agroecológica para orientar los programas de educación de postgrado en Economía Agrícola y Desarrollo Rural en la América Latina del siglo XXI. In: ROMANO, J.; WESSEL, E. (orgs.). **La postgraduación en economía y políticas agrícolas y desarrollo rural: curricula y perfil profesional**. Río de Janeiro: REDCAPA/EDUR, 1996.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular/AS-PTA, 2012.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v.1, n.2, p. 123-151, ago., 2006.

BECKER, D. F. (org.). **Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. 238 p.

BERTOLUCCI, D.; MACHADO, J.; SANTANA, L. C. Educação Ambiental ou Educações Ambientais? As adjetivações da Educação Ambiental brasileira. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v.15, p.36-48, jul./dez., 2005.

BORGES, M. H. C.; SANTOS, C. M.; COSTA, E. A.; NASCIMENTO, J. G.; SILVA, P. R. **Relatório de viabilidade ambiental (RVA): projeto de assentamento “Pequeno Wilian” (Fazenda Sálvia)**. Brasília: Emater, 2011.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Estatuto da Terra. **Diário Oficial da União**, Brasília. 30 nov. 1964.

BRASIL. Secretária Especial de Meio Ambiente. Instrução Normativa SEMA/SEC/CAP nº 02, de 22 de abril de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, p.65-68,

02 maio 1988.

BRASIL. Secretária do Patrimônio da União. Portaria nº 62, de 23 de abril de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, p.44-56, 24 abr. 2009.

BRASIL. Secretária do Patrimônio da União. Portaria nº 18, de 31 de agosto de 2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, p.94-112, 03 set. 2010.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAMARGO, H. M. Tática reformista, estratégia revolucionária. In: STÉDILE, J. P. (coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994. p. 45-67.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARVALHO, I. C. M. Os mitos do desenvolvimento sustentável. **PG 75**, p.17-21, nov./dez., 1991.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. **Resolução CONAMA n. 387**, de 27 de dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/>>. Acesso em: 12 de junho de 2012.

CURADO, F. F. **“Esverdeando” a Reforma Agrária: atores sociais e a sustentabilidade ambiental em assentamentos rurais no estado de Goiás**. Brasília, 2004. 237p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, 2004.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DOYAL, L.; GOUGH, I. **Theory of Human Needs**. London: Mc Millan, 1991.

DUARTE, L. M. G.; WERHMANN, M. E. S. F. Desenvolvimento e Sustentabilidade: desafios para o século XXI. **Revista CAR**, Salvador, 22 p., 2002.

ESTEVA, G. Development. In: SACHS, W. (ed.). **The development dictionary: a guide to knowledge as power**. London: Zed Books, 1996.

FAGGIN, J. M. **Reforma Agrária, Sustentabilidade e Participação: o caso do Projeto de Desenvolvimento Sustentável São Luiz, Cajamar – SP**. Brasília, 2009. 103p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, UnB.

- FERNANDES, B. M. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FURTADO, C. **Formação Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: LIA, 1969.
- \_\_\_\_\_. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XIII: Elementos de História Econômica aplicados à Análise de Problemas Econômicos e Sociais**. São Paulo: Hucitec/ABPHE, 2001.
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - GDF; SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - SEMARH. **Caderno técnico: prevenção e combate aos incêndios florestais em unidades de conservação**. Brasília: Athalaia, 2004.
- GUALDA, R. As etapas das políticas ambientais no Brasil. In: FELDMANN, F.; CRESPE, S.; DRUMMOND, J. A. **Rio + 10 Brasil: uma década de transformações**. Rio de Janeiro: Quickgrafic, 2002. p. 92-99.
- GUEDES PINTO, L. C. Reflexões sobre a Política Agrária Brasileira no período 1964 – 1994. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, v.25, n.1, p. 65-92, 1995.
- GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica. In: LAYRARGUES, P. P. (coord.). **Identidades da Educação Ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 25-34.
- HABERMEIER, K. **Diagnóstico rápido e participativo da pequena produção rural: como fazer**. Recife: SACTES/Centro Sabiá, 1995.
- HESPANHOL, A. N. Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade. In: MARAFON, G.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (orgs.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Editora EDUERJ, p. 179-198, 2007.
- JULIÃO, F. **Que são as ligas camponesas?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

LAYRARGUES, P. P. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (orgs.). **Pensamento complexo, dialética e Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 72-103.

LEITE, S. HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO R. (coord.). **Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília/São Paulo: IICA/NEAD/UNESP, 2004. 392 p.

LEITE, S. Reforma agrária, justiça social e desenvolvimento sustentável. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL. **Documentos Temáticos da Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: FAO/ICARRD, 2006. (Documento Temático Quatro). Disponível em: <<http://icarrd.org>>. Acesso em: 26 de outubro de 2011.

LEROY, J. P. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. In: BUARQUE, C. (org.). **Projetos Estratégicos Alternativos para o Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/FASE/FUJB, 1995.

LIMA, G. F. C. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. In: LAYRARGUES, P. P. (coord.). **Identidades da Educação Ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 85-111.

LINHARES, M. Y. L. **Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental Transformadora. In: LAYRARGUES, P. P. (coord.). **Identidades da Educação Ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 65-84.

MACHADO, A. M. B. Educação ambiental para desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais: contribuições de um estudo de representações sociais. **Caderno de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.15, n.1, p.125-136, 1998. (Embrapa).

MARQUES, M. Agricultura Sustentável: Pontos para reflexão. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v.10, n.2, p. 44-51, 2001.

MARTIN, A. M. Terra, trabalho e família: considerações sobre a (re) criação do campesinato brasileiro nos movimentos sociais rurais. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v.2, n.4, jul./dez., 2008.

MAULE, R. F.; COOPER, M.; DOURADO NETO, D.; RANIERI, S. B. L.; SPAROVEK, G. A qualidade dos projetos de assentamento. In: SPAROVEK, G. (org.). **A qualidades dos assentamentos de reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras, 2003. p. 89-139.

MAZZALA NETO, W. **Agroecologia e processamento de alimentos em assentamentos rurais**. Campinas, 2009. 108f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Acampamentos e pré-assentamentos**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimientar/desenvolvimentoterritorial/acampamentos>>. Acesso em: 13 de junho de 2012.

MEDEIROS, L. S. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ/UNRISD, 2002.

MOURA, L. H. G.; LOMBARDI, A. C. Análise-diagnóstico do sistema agrário do pré-assentamento Oziel Alves II, em Planaltina, DF. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.4, n.2, p.3391-3394, 2009.

PEREIRA, L. B. A questão agrária: mercado de terras, de trabalho e o desenvolvimento. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, v.34, n.1, p. 67-90, 2007.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1997.

PRADO JÚNIOR, C. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

\_\_\_\_\_. **A revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PUGLIESE, P. Organic farming and sustainable rural development: a multifaceted and promising convergence. **Sociologia Ruralis**, v.41, p.112-130, 2001.

QUIROGA, C. **Invasão positivista no marxismo**: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

RAMOS, P. Agricultura e (sub) desenvolvimento: aspectos teóricos e elementos para uma reinterpretação do caso brasileiro. **Revista Reforma Agrária**, São Paulo, v. 28, n. 1, 2 e 3, 1998; v. 29, n. 1, 1999.

RANGEL, I. M. **Dualidade básica da economia brasileira**. Rio de Janeiro:

MEC/ISEA, 1957.

RANGEL, I. M. **A Questão agrária brasileira**. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.

SACHS, I. A “revolução duplamente verde”. **Ops**, Salvador, v.1, n.3, p. 5-7, 1996.

SAMPAIO, P. A. A reforma agrária e o projeto de construção nacional. **Revista Sem-Terra**. São Paulo, v.1, 1997.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO JUNIOR, L. A. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.2, p. 285-299, 2005.

SOUZA FILHO, C. F. M. Políticas públicas da reforma agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, v.34, n.2, p. 69-75, 2007.

TAVARES, M. S. O. C. **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável – Ocupar, Resistir e Preservar: o caso do assentamento Terra Conquistada**. Brasília, 2002. 174p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, UnB.

TOZONI-REIS, M. F. C. Natureza, razão e história: contribuições para uma pedagogia de educação ambiental. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 26, 2003. Poços de Caldas. **Anais...** Poços de Caldas: ANPED - GT 22, 2003.

VEIGA, J. E. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 197 p.

WAQUIL, P. D.; FINCO, M. V. A.; MATTOS, E. J. Pobreza Rural e Degradação ambiental: uma refutação da hipótese do círculo vicioso. **Revista de Economia Rural**, Rio de Janeiro, v.2, n.42, p. 317-340, 2004.